



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Presidente da Assembleia da República
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 137 ENT.: 109 PROC. Nº:	14/01/2014

ASSUNTO: RESPOSTA A PERGUNTA N.º 404/XII/3.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar cópia do ofício n.º 481, de 14 de janeiro, remetido pelo Gabinete do Senhor Ministro da Saúde, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete da Secretária de
Estado dos Assuntos Parlamentares e da
Igualdade
Dra. Marina Resende

Sua referência
Nº 5844

Sua comunicação
25.11.2013

Nossa referência
Ent-.13531/2013

ASSUNTO: Pergunta nº 404/XII/3ª, de 25 de novembro de 2013, dos Deputados do PCP Paulo Sá, Carla Cruz e Paula Santos-Encerramento das extensões de saúde de Alferce e Marmeleite (concelho de Monchique)

Na sequência da Pergunta acima referida da Senhora Deputada do Grupo Parlamentar do BE, e relativamente ao assunto em epígrafe, encarrega-me S.E. o Ministro da Saúde de informar que não existe qualquer decisão de encerramento das extensões de saúde de Alferce e Marmeleite, no concelho de Monchique, nem se encontra em curso na ARS do Algarve qualquer estudo com esse propósito.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete,

Luís Vitório



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIA DE ESTADO
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
E DA IGUALDADE

*de dep. do Min. da Saúde para
preparação de resposta até 12 de dezembro
2013.11.26*

[Handwritten signature]

LUÍS VITÓRIO
Chefe do Gabinete do Ministro da Saúde

*si aa) seguinte deve preparar
resposta até ao próximo mês
24.11.2013*

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete do
Ministro da Saúde
Dr. Luís Vitório

[Handwritten signature]
João Nabais
Chefe do Gabinete do
Secretário de Estado Adjunto do Ministro

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA
N.º: 5844
ENT.: 5776
PROC. N.º:

DATA
25/11/2013

ASSUNTO: *✓* Pergunta n.º 404/XII/3.ª de 25 de novembro de 2013

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade do envio da pergunta identificada em epígrafe, apresentada ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República.

Aproveito para recordar que o Governo deve responder num prazo que não exceda os 30 dias (25 de dezembro de 2013).

Em caso de manifesta impossibilidade de a resposta poder ser dada dentro daquele prazo, deverá ser remetida comunicação escrita, que reencaminharemos à Assembleia da República, com a fundamentação para a ocorrência do referido atraso.

Nos termos do artigo 230º do Regimento da Assembleia da República, na primeira semana de cada mês são publicados no Diário e no portal da Assembleia da República na Internet, por ordem cronológica, as perguntas e os requerimentos não respondidos no prazo previsto, sendo distinguidos, os casos cujo atraso foi justificado por comunicação escrita, fazendo-os acompanhar da respectiva fundamentação, bem como dos que foram respondidos fora do prazo.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

[Handwritten signature]

Marina Resende

MINISTÉRIO DA SAÚDE	
Gabinete	<i>75/SEAS</i>
Entrada N.º	<i>13531</i> Data <i>24/11/13</i>
Entidade	Class <i>040.05.03</i>
	Proc.º <i>12/13</i>



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número / (.ª)
 PERGUNTA Número 404 / XII (3 .ª)

Expeça - se

Publique - se

2013-11-25

O Secretário da Mesa

Assunto: Encerramento das extensões de saúde de Alferce e Marmeleite (concelho de Monchique)

Destinatário: Min. da Saúde

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

De acordo com notícias veiculadas pela comunicação social, o Governo estaria a preparar o encerramento das extensões de saúde das freguesias de Alferce e de Marmeleite, no concelho de Monchique.

Tal intenção, a concretizar-se, representaria uma inaceitável degradação da qualidade dos cuidados de saúde prestados a uma população muito envelhecida, dispersa por um concelho com uma área de 400 km² em que a rede de transportes públicos é quase inexistente. O encerramento das extensões de saúde de Alferce e de Marmeleite obrigaria, em alguns casos, a deslocações dos utentes de cerca de 100 km (ida e volta) até à Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Monchique, pondo em causa o direito à proteção da saúde, consagrado na Constituição da República Portuguesa. A dificuldade de acesso aos cuidados de saúde e a falta de acompanhamento médico e de enfermagem poderia mesmo vir a colocar em risco a própria vida de utentes mais idosos.

As regiões serranas do Algarve têm sido muito penalizadas por uma política de desmantelamento dos serviços públicos, com o encerramento de escolas, extensões de saúde, estações dos CTT e agora, também das repartições de finanças e do tribunal de Monchique. Esta política, aliada a um errado modelo de desenvolvimento que apostou quase unicamente no turismo de sol e mar e concentrou a maioria dos investimentos no litoral, contribuiu para a desertificação do território, o abandono das atividades económicas e o empobrecimento das populações.

A política governamental de encerramento de serviços públicos e de ataque às funções sociais do Estado conduz ao agravamento das condições de vida das populações, além de acelerar os processos de desertificação e de despovoamento das regiões do interior do País e de aprofundar as assimetrias já existentes entre o litoral e o interior.

Contrariamente ao que a propaganda do Governo procura fazer crer, a sua política de encerramento de serviços públicos não tem como objetivo a racionalização da oferta da rede

pública, adaptando-a às necessidades das populações. O objetivo inconfessado do Governo e da Troica é a destruição das funções sociais do Estado – na saúde, educação e segurança social –, visando proporcionar novas áreas de negócio para o sector privado à custa do condicionamento e mesmo exclusão de acesso a direitos fundamentais para a maioria da população.

Também é falsa a ideia defendida pelo Governo que a degradação das contas públicas se deveria, entre outros fatores, ao gradual aumento da despesa com a melhoria das funções sociais do Estado e dos serviços públicos. A degradação das contas públicas deve-se, isso sim, a uma política de destruição da produção nacional, a erradas opções de investimento público, à alienação de recursos e ativos estratégicos ao grande capital nacional e internacional, e ao escandaloso saque do erário e património públicos em favor da banca e dos grandes grupos económicos.

Pelo exposto e com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Saúde, o seguinte:

1. Está o Governo a considerar o encerramento das extensões de saúde de Alferce e de Marmeleite, no concelho de Monchique? Em caso afirmativo, como justifica o Governo tal opção?
2. Tem o Governo consciência que o encerramento das extensões de saúde de Alferce e de Marmeleite obrigaria, em alguns casos, a deslocar os utentes de cerca de 100 km (ida e volta) até à Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Monchique?
3. Reconhece o Governo que o encerramento das extensões de saúde de Alferce e Marmeleite se traduziria numa inaceitável degradação da qualidade dos cuidados de saúde prestados a uma população muito envelhecida, dispersa por um concelho com uma extensa área?
4. Admite o Governo que a crescente dificuldade de acesso aos cuidados de saúde e a falta de acompanhamento médico e de enfermagem poderia mesmo vir a colocar em risco a própria vida de utentes mais idosos das freguesias de Alferce e de Marmeleite?
5. Reconhece o Governo que a sua política de encerramento de serviços públicos não tem como objetivo a racionalização da oferta da rede pública, adaptando-a às necessidades das populações, mas sim a destruição das funções sociais do Estado – na saúde, educação e segurança social –, visando proporcionar novas áreas de negócio para o sector privado à custa do condicionamento e mesmo exclusão de acesso a direitos fundamentais para a maioria da população?

Palácio de São Bento, sábado, 23 de Novembro de 2013

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)